

--- Aos vinte e um dias do mês de Setembro de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta dos Valores das Taxas a serem aplicadas no Imposto Municipal sobre Imóveis e na Derrama para o ano de dois mil e sete;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Décima Nona Modificação ao Orçamento, PAM e PPI para dois mil e seis (Terceira revisão);-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Quinta Alteração ao Regulamento Municipal do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Crescer Melhor;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Funcionamento do Refeitório Municipal;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Constituição da Comissão Municipal de Protecção Civil;-----

--- Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Condições de Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Ponte Seca – Segunda Fase;-----

--- Ponto número nove – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Primeira Revisão do Orçamento de Receita e da Despesa – dois mil e seis, da Óbidos Requalifica, EM;-----

--- Ponto número dez – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração de Estatutos da Óbidos Patrimonium, EM;-----

--- Ponto número onze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Contrato Programa Complexo Desportivo Municipal – Óbidos Patrimonium, EM;-----

--- Ponto número doze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Contrato Programa Restaurante Escola – Óbidos Patrimonium, EM;-----

--- Ponto número treze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo entre o Município de Óbidos e a COFAC CRL, titular da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;-----

--- Ponto número catorze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, de acordo com a Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número quinze – Período fora da ordem de trabalhos.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência do Senhor Deputado Joaquim Elias Timóteo Carlos.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número quatro, referente à sessão de cinco de Junho do corrente ano, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Circular número cento e doze da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Lei das Finanças Locais; Circular número cento e vinte e nove da Associação Nacional de Municípios Portugueses, convidando para a II Conferência “Ordenamento do Território e Revisão do PDM”; Circular número cento e cinco da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local e circular número cento e trinta e dois da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Proposta de Lei de Finanças Locais. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal de Óbidos solicitou a inclusão de cinco novos pontos na Ordem de Trabalhos, a saber: - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Loteamento da Zona Industrial da Ponte Seca – Segunda Fase; - Apreciação e eventual aprovação do Protocolo Financeiro e de Cooperação - FAME ÓBIDOS - Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Óbidos; - Apreciação e eventual aprovação do Acordo de Colaboração entre a Direcção-Geral dos Recursos Florestais e o Município de Óbidos, com vista à manutenção das funções do Gabinete Técnico Florestal; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças – Emissão de Licenças de Condução da Categoria I e Apreciação e eventual aprovação do pedido de declaração de interesse público do empreendimento da Quinta da Azenha em Olho Marinho. O Senhor Deputado João Lourenço disse que lhe enviaram quatro pontos, quando na realidade são cinco. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que os quatro primeiros pontos foram enviados primeiro e o último foi enviado hoje, porque só hoje é que houve essa decisão. Posta à votação a inclusão dos novos cinco pontos na ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e quatro abstenções, passando a ter a seguinte numeração: - Ponto número quinze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração do Loteamento da Zona Industrial da Ponte Seca – Segunda Fase; - Ponto número dezasseis – Apreciação e eventual aprovação do Protocolo Financeiro e de Cooperação – FAME ÓBIDOS – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Óbidos; - Ponto número dezassete – Apreciação e eventual aprovação do Acordo de Colaboração entre a Direcção-Geral dos Recursos Florestais e o Município de Óbidos, com vista à manutenção dos funções do Gabinete Técnico

Florestal; - Ponto número dezoito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças – Emissão de Licenças de Condução da Categoria I e Ponto número dezanove – Apreciação e eventual aprovação do pedido de declaração de interesse público do empreendimento da Quinta da Azenha em Olho Marinho. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -

O Senhor Deputado João Lourenço leu a comunicação que a seguir se transcreve: “Quase um ano é passado sobre a instalação da Assembleia Municipal e a nossa tomada de posse. Ao volver o olhar para estes quase doze meses de reuniões e trabalhos é importante que, como membros desta Assembleia, façamos todos um balanço e uma reflexão sobre o que se fez e o que melhor que poderemos fazer. O mandato em que fomos investidos é uma missão nobre que nos impõe uma responsabilidade revestida de trabalho, seriedade, boa fé, bom senso e respeito uns pelos outros. Assim, em nosso entender, não faz sentido continuar a clamar por vencedores e vencidos já que todos os mandatos são legítimos porque resultantes do escrutínio popular constitucionalmente determinado. Foi, por isso, com estupefacção e revolta que ouvimos repetir, até à exaustão, o discurso de que não conseguimos digerir os resultados eleitorais. Isto causa tanto mais espanto quando sempre aceitamos e defendemos a regra de ouro de que as maiorias devem governar e as minorias devem criticar responsabilmente e serem respeitadas. Quando estes princípios são esquecidos acaba-se por assistir a desvios perniciosos que conduzem a uma ditadura da maioria que apenas significa falta de educação democrática. Temos votado favoravelmente várias propostas importantes da Câmara e continuaremos a fazê-lo norteados pela defesa dos interesses do Concelho. Por isso, não deixa de ser para nós uma frustração o verificar que todas as nossas propostas são recusadas à partida sem sequer serem admitidas a discussão. É que, a mensagem que o povo do Concelho nos deu em Outubro de dois mil e cinco, não foi exactamente a que tem sido praticada pela maioria. Os Obidenses disseram: “O PSD e o seu Presidente devem governar a autarquia, mas o PS deve ter uma participação crítica e vigilante”. Este mandato popular honra-nos muito e só o entendemos como o cumprimento de um dever. Deste imperativo resulta necessariamente que tenhamos sempre um discurso crítico mas nunca um discurso conflituoso. Dai que entendamos ser o momento adequado de pugnar pelo melhoramento e aperfeiçoamento da Assembleia em que participamos. Dai que sintamos obrigação de manifestar o nosso inconformismo sobre o funcionamento do órgão em que trabalhamos. Desde logo, não se compreende que a Mesa desta Assembleia seja composta da forma como o é. A Mesa da Assembleia Municipal, convém recordá-lo, é legalmente composta por um Presidente e dois Secretários. Não deve ser composta por um Presidente, dois

Secretários e o Presidente da Câmara. O cargo de Presidente da Câmara impõe que ao mesmo seja reservado um lugar próprio e autónomo. Isto decorre não só do prestígio da função mas também da dignidade e da estima devidas à pessoa em concreto. Doutro passo, não pode conceber-se, nem tem qualquer justificação aceitável, que os membros desta Assembleia se sentem em posição de sala de espectáculos, porque a nossa presença aqui não é a de meros espectadores, mas de membros eleitos e actuantes. É que a Assembleia é um órgão essencial da autarquia, o qual se quer cada vez mais dignificado e prestigiado e por isso não é aceitável as circunstâncias em que funciona. Com efeito, é inconcebível que para exercer o mandato que nos é conferido, sejamos forçados a trabalhar com os documentos em cima dos joelhos e obrigados a transformar em secretária os meros degraus da coxia. Que nós saibamos, à parte do Vereador do PS, não há serviço camarário que não disponha de gabinete e mobília adequada. As circunstâncias em que todos trabalhamos aqui, por mais que se queira, não pode deixar de se considerar uma desconsideração para com esta Assembleia. E não podemos esquecer que defender o prestígio deste órgão é, para nós, um dever elementar. Para lá destas condições logísticas, importa ainda chamar a atenção para o facto de, infelizmente com bastante frequência, sermos confrontados, à última da hora, com questões de grande importância sem que, às vezes, tenhamos sequer, a mínima possibilidade de ler sossegadamente os textos submetidos a apreciação. Não tem esta intervenção outro intuito que não seja alertar para o facto de que é obrigação de todos nós lutarmos para que este estado de coisas não se perpetue por mais três anos. E nem se diga que pretendemos vir agora lançar ataques despropositados com o fim de dizer mal de quem dirige. É sabido de todos que há um ano trabalhamos nestas condições, passamos por estas dificuldades e temos tido sempre a boa vontade de não recusar a nossa colaboração. Será, pois, razoável compreender que nos insurjamos e que clamemos pela mudança deste estado de coisas. Pedimos um melhor apoio e uma entrega mais antecipada de todos os documentos de análise. Pedimos melhores instalações para melhor exercermos as funções em que fomos investidos. Antes de acabar, é devida uma palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. É sabido que nós não queríamos que o Senhor fosse o Presidente da Assembleia. Nunca o escondemos. Sempre o dissemos; lutámos leal e abertamente por isso até ser possível. A partir do momento em que foi eleito, passou o Senhor a ser o nosso Presidente, e como tal o reconhecemos e o respeitamos. Mas queremos aqui deixar claro que hoje é para nós mais do que isso. O Senhor Presidente tem sido nesta Assembleia a voz da sensatez e do equilíbrio. O verdadeiro fiel da balança, pessoa de tolerância e de compreensão. Isso leva-nos a que manifestemos por si, não só o respeito devido ao Presidente, eleito, mas também a nossa concreta e pessoal admiração e estima. Aqui e agora move-nos, exclusivamente, tomar

a palavra pelo engrandecimento, a dignificação e o prestígio da Assembleia Municipal. Honremos e defendemos o órgão para que fomos eleitos, porque a nós próprios nos honramos e respeitamos. Este será o melhor caminho para engrandecermos Óbidos e todo o seu Concelho. O Grupo Municipal do PS.”. Usou da palavra o Senhor Deputado Albino Sousa para dizer que em nome do Grupo Municipal do PSD queriam apresentar uma moção de louvor ao Senhor Padre José Luís e que em nome do mesmo Grupo Municipal fazia uma avaliação positiva dos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Pela primeira vez os serviços que acompanham a Assembleia fizeram chegar os pontos extra ordem de trabalhos, que sempre têm incomodado o Grupo Municipal do PS. Os pontos chegaram atempadamente, e só não chegou o último ponto, porque foi hoje votado na Câmara, estando os serviços a funcionar muito bem. Sobre o documento lido pelo Senhor Deputado João Lourenço, disse que vai ser debatido pela sua bancada no devido tempo, havendo coisas com que pessoalmente concorda. Se este trabalho foi feito com sinceridade e honestidade, que toda a Assembleia merece, é um trabalho que se pode considerar positivo, embora haja nas entrelinhas algumas coisas menos boas que possivelmente irão manter-se iguais durante mais algum tempo. Não conhece outro local onde se possam realizar as reuniões da Assembleia Municipal. Sobre a questão do Senhor Presidente da Câmara Municipal estar sentado na mesa, disse que se habituou a vê-lo ali e gosta, não sabia que não podia lá estar, nem se existe legislação sobre o assunto. Subscrive as palavras ditas em relação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que pensa serem sinceras. A Senhor Deputada Anabela Corado perguntou como está o projecto para requalificação do Centro Histórico de A dos Negros. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a moção do Grupo Municipal do PSD, acerca do Senhor Padre José Luís, tinha de ser redigida por escrito para ser submetida a apreciação sobre a forma de louvor. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o trabalho de classificação dos centros de interesse municipal, sendo A dos Negros um desses casos, é um trabalho que visa ser reflectido através de um conjunto de regras e normas a serem aplicadas e também em termos de intervenções já do ponto de vista de projecto. O programa a desenvolver nas artérias principais da Aldeia de A dos Negros está a ser desenvolvido em consonância com a empresa municipal Óbidos Requalifica, nomeadamente a partir da recuperação que foi contratada ao Arquitecto João Luís da Graça, que tem nas outras fases subsequentes a intervenção em termos de arruamentos e da redefinição de um conjunto de características que importa recuperar e que nalguns casos já desapareceram e importa defender. Existem dois caminhos. O caminho do desenvolvimento de projectos para depois intervir e requalificar. O primeiro grande passo é a recuperação do imóvel importante que a Câmara Municipal adquiriu. O outro caminho é o

de definição de normas e regras a que todos os particulares proprietários estão sujeitos. Qualquer projecto de licenciamento de obras particulares é verificado previamente por uma equipa multidisciplinar, nomeadamente pelo Gabinete de Gestão do Centro Histórico. Foi presente uma moção conjunta apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e PS, que a seguir se transcreve: “Voto de Louvor – O Senhor Padre José Luís tem vindo a assegurar o acompanhamento pastoral de várias paróquias do Concelho de Óbidos, desde há vários anos. O seu trabalho no plano pastoral e espiritual, a par do seu empenhamento na defesa do património cultural e religioso do Concelho, são notáveis e levam-nos, no momento da sua partida para assunção de novas responsabilidades, a propor a esta Assembleia Municipal um voto de louvor.”. Posta a moção à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DOS VALORES DAS TAXAS A SEREM APLICADAS NO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS E NA DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE: - Presente o

ofício da Câmara Municipal de Óbidos número seis mil quatrocentos e oitenta e três, de vinte de Setembro do corrente ano, remetendo informação sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis – Derrama. Usou da palavra a Senhora Deputada Cristina Rodrigues para dizer que a proposta apresentada mantém os valores das taxas do ano anterior e queriam que este assunto fosse objecto de alguma reflexão ao longo dos próximos meses. Entendem que o estabelecimento destas taxas deverá ser objecto de uma reflexão face àquilo que são as práticas nos Concelhos limítrofes e também gostariam que fosse reflectido em termos das perspectivas empresariais do Concelho. Disse ainda que a importância deste tema justificaria um debate alargado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que em termos de reflexão é a reflexão diária que fazem e concorda que é um tema muito importante, tendo, por diversas vezes, chamado à atenção para a necessidade de debates profundos sobre o tema. A proposta apresentada é precedida de debates e de conversas do ponto de vista técnico muito aprofundadas e que envolvem, nomeadamente os serviços de Finanças do Concelho de Óbidos. A informação que os serviços de Finanças têm para dar, é muito pouca, pelo que não se consegue fazer planeamento quando não existe informação sobre o que é minimamente espectável quanto à cobrança de impostos, quer para o resto do ano, quer para dois mil e sete. Não quiseram subir nem descer as taxas, seguiram o conselho de natureza técnica e afastam-se da tendência a nível Nacional, que tem sido aumentar os impostos sobre os Portugueses. Em relação às empresas e dada a relação existente, raramente é colocada a questão da derrama. Querem incentivar a criação de empresas com a baixa de impostos, nomeadamente a derrama. Como não houve mais intervenções,

foi a proposta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DÉCIMA NONA MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO, PAM E PPI PARA DOIS MIL E SEIS (TERCEIRA REVISÃO): - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil duzentos e noventa e nove, de oito de Setembro do corrente ano, remetendo a décima nona modificação ao orçamento, PAM E PPI para dois mil e seis (terceira alteração), para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho para dizer que mais do que uma décima nona modificação ao orçamento, é um orçamento rectificativo, quer pelo volume da redução de despesas, quer pelo impacto que a modificação tem no orçamento da Câmara Municipal. Todos temos verificado que as modificações corrigem determinado tipo de situação. Os problemas ao nível da receita, no caso do Município de Óbidos, não são exactamente os mesmos de outros Municípios, ainda que tendo a mesma dimensão a nível populacional. O Concelho de Óbidos está bem servido por vias de comunicação e tem capacidade de atracção de determinado tipo de investimentos, como se tem verificado. Existe uma concentração da despesa ao nível do litoral do território continental português. Louvou a Câmara Municipal em conter a despesa e não encontra expedientes para camuflar a necessidade de a conter. Perguntou o porquê desta necessidade, nesta altura da execução orçamental, sendo isto que todos os Municípios de Óbidos gostariam de saber. Terá sido um excesso de optimismo na altura em que fizeram as previsões relativamente à receita ou relativamente a determinados tipos de receita. Terá sido a deficiente execução da despesa desde o início do ano. Perguntou quais as áreas em que a Câmara ia conter a despesa. Pensa que incidem sobre a cultura, desporto, acção social e educação. Perguntou ainda se uma das áreas está relacionada com a protecção civil, porque sofre um corte de vinte por cento. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é a terceira revisão ao orçamento e não um orçamento rectificativo. Lamentou que o Governo tenha encontrado nas Autarquias bodes expiatórios para a questão do despesismo público. É um bocado a angústia que o País está a viver. Óbidos não faz parte das Autarquias que estão acima do limite de individamento. A Câmara tem uma situação financeira minimamente estável e tem oitenta e cinco por cento das receitas que dependem da própria Câmara. O que se anuncia são cortes e espera ver se no resultado das contas, como já fazem várias atribuições que competem à Administração Central, possam vir a ter alguma compensação. As explicações estão dadas com todo o detalhe no documento distribuído aos Senhores Deputados e citou algumas que significavam vinte a trinta por

cento dos cortes, tais como a habitação social, elaboração de PMOT'S e rede viária. Como não houve mais intervenções, foi a décima nona alteração ao orçamento, PAM e PPI para dois mil e seis (terceira revisão) posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE QUINTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO REGIME JURIDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil duzentos e noventa e oito, de oito de Setembro do corrente ano, remetendo a quinta alteração ao regulamento municipal do regime jurídico da urbanização e edificação, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a quinta alteração ao regulamento posta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CRESCER MELHOR: - Presente a proposta de alteração ao regulamento do Crescer Melhor, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a proposta de alteração do regulamento posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO MUNICIPAL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil duzentos e noventa e seis, de oito de Setembro do corrente ano, remetendo a alteração ao regulamento de funcionamento do refeitório municipal, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a alteração ao regulamento posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECCÃO CIVIL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil duzentos e noventa e cinco, de oito de Setembro do corrente ano, remetendo informação sobre a constituição da Comissão Municipal de Protecção Civil, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a constituição da comissão posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONDIÇÕES DE VENDA DE LOTES DE TERRENO DA ZONA INDUSTRIAL DA PONTE SECA –



SEGUNDA FASE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil trezentos e cinquenta e três, de vinte e um de Julho do corrente ano, remetendo a proposta de condições de venda de lotes de terreno da zona industrial da Ponte Seca – segunda fase, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a proposta posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO NOVE – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA – DOIS MIL E SEIS, DA

ÓBIDOS REQUALIFICA, EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil duzentos e noventa e quatro, de oito de Setembro do corrente ano, remetendo a primeira revisão ao orçamento da receita e da despesa – dois mil e seis da Óbidos Requalifica, EM, para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra a Senhora Deputada Cristina Rodrigues, para dizer que a proposta vem é discriminar a receita e a despesa e perguntou se existe uma alteração de fundo. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que existem alterações e louvou a transparência, existindo uma nota explicativa, porque têm que apresentar o orçamento ao Tribunal de Contas. Fica satisfeito com o impacto que a nova legislação já está a ter. Existem reforços na despesa com o pessoal, nos encargos gerais e há a previsão de mais contratos programa e mais financiamento por parte da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não gostaria de se pronunciar sobre esta matéria e solicitou que o Senhor Administrador da Empresa o fizesse. O Senhor Administrador disse que houve um entendimento perfeito daquilo que se pretende. Houve alguma alteração nas despesas que não tinham sido previstas correctamente e a necessidade de se fazer alguns ajustes. Se houver mais contratos programa e consequentes projectos, esses têm de ser pagos e financiados. Não tem havido encargos suplementares e houve alguns ajustes na previsão das receitas. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que existe reforço da verba para pagamento do Administrador Executivo de cerca de quatro mil euros. A verba de dezoito mil e quinhentos euros, já aprovada anteriormente, falava em despesa com técnicos e agora aparece como despesa com técnico, dando a entender que esta despesa é só com um técnico. O pessoal administrativo também tem um reforço de verba, cerca de dois mil euros, o que provavelmente significa mais competências que a Câmara vai delegar na empresa. Tem dificuldade em perceber quais são as funções da Óbidos Requalifica. Ao mesmo tempo, existe um aumento nas despesas com pessoal e uma redução no valor dos projectos que vão ser adjudicados. Perguntou porque razão o projecto de requalificação da Cova do Bufo, passa de quarenta e quatro mil euros para sete mil e quinhentos euros, porque razão é que a requalificação

urbana do largo de São Marcos das Gaeiras tinha uma verba prevista de setenta e cinco mil euros e passa a ter agora uma realização de projecto de sessenta e seis mil euros e finalmente a requalificação urbana de Santa Rufina passa de seis mil euros para um valor dez vezes superior. O aumento com despesas de pessoal não pode omitir que está prevista no orçamento uma verba muito próxima de trinta mil euros que só pode ser gasta com pessoal e estamos a falar de refeições, despesas de representação, senhas de presença e consultadoria jurídica. O Senhor Administrador esclareceu que já se disponibilizou para dar todas as explicações aos Senhores Deputados. Disse que há reajuste nas despesas e é feito um orçamento da despesa real e os projectos e as verbas passam de um ano para o outro. Em relação à Cova do Bufo existe um contrato que já está feito com a Câmara Municipal no valor de quarenta e quatro mil euros, mas este ano só será gasta a verba que está indicada. Em relação a Santa Rufina disse que o aumento da despesa se deve ao facto do Conselho de Administração ter decidido que quando fosse feita a venda era com projectos aprovados. Em relação a São Marcos, algumas das verbas passam para dois mil e sete e o projecto está a decorrer com normalidade. Sobre o aumento de salários, nomeadamente o seu, isso deve-se ao facto do Concelho de Óbidos ter mais de dez mil habitantes. A consultadoria jurídica é agora prevista, porque é imprescindível. Não havendo mais intervenções, foi a proposta da primeira revisão do orçamento posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZ – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA ÓBIDOS PATRIMONIUM, EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil duzentos e noventa e três, de oito de Setembro do corrente ano, remetendo a proposta de alteração dos estatutos da Empresa Municipal Óbidos Patrimonium, EM, para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra a Senhora Deputada Cristina Rodrigues para dizer que tanto quanto lhe parece a Autarquia terá deixado no ar a ideia de criar outra empresa municipal com o âmbito que constituiu agora o alargamento da Óbidos Patrimonium. Isto ia ao encontro do que era o sentimento do Grupo Municipal do PS relativamente à não proliferação de empresas municipais. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não anunciaram a criação de outra empresa. Depois de um estudo foi decidido alargar o âmbito da empresa Óbidos Patrimonium, englobando o desporto e as áreas educacionais. Como não houve mais intervenções, foi a alteração dos estatutos posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO ONZE – APRECIACÃO E EVENTUAL

APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – ÓBIDOS PATRIMONIUM,

EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil duzentos e noventa e dois, de oito de Setembro do corrente ano, remetendo a proposta do contrato programa Complexo Desportivo Municipal – Óbidos Patrimonium, para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra a Senhora Deputada Anabela Corado para dizer que os contratos devem ter uma maior especificação na sua regulamentação e a vontade das partes intervenientes. Isto é também válido em relação ao ponto décimo segundo. O Senhor Deputado João Lourenço disse que os contratos são muito pobres e não são feitos com cuidado. É provável que estes contratos programa tenham que ser sujeitos e visto do Tribunal de Contas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os contratos são elaborados com rigor e lamentou as acusações. O Senhor Deputado João Lourenço disse que no artigo quatro, número um, alínea b), o valor estimado não se pode pôr assim. Ao dizer estimado não é real, não é um valor concreto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que era estimado porque é uma previsão. Como não houve mais intervenções, foi a proposta de contrato programa posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.---

--- PUNTO NÚMERO DOZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA RESTAURANTE ESCOLA – ÓBIDOS PATRIMONIUM,

EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil novecentos e noventa e três, de vinte e três de Agosto do corrente ano, remetendo a proposta de contrato programa restaurante escola – Óbidos Patrimonium, EM, para apreciação e eventual aprovação. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que pode facultar a lista das despesas referentes ao restaurante escola, e a mesma tem a ver com a compra de utensílios. Como não houve mais intervenções, foi a proposta de contrato programa posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO TREZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICIPIO DE ÓBIDOS E A COFAC, CRL, TITULAR DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E

TECNOLOGIAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil trezentos e cinquenta e quatro, de vinte e um de Julho do corrente ano, remetendo a proposta de protocolo entre o Município de Óbidos e a COFAC, CRL, titular da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho para dizer que a questão que contribuiu para as dificuldades do ensino superior é a forma desregulada

como se expandiu pelo País, seja ela público ou privado. Qualquer pessoa percebe que durante os últimos vinte, vinte cinco anos se protegeu os interesses das instituições em detrimento dos alunos. Associado a este mundo do ensino superior esteve o mundo do ensino superior privado e cooperativo e este teve um reflexo benéfico nalgumas áreas, mas muito prejudicial noutras. O ensino privado e cooperativo prosperou durante muitos anos à custa da desregulação que se vivia no sector. Se existem instituições que souberam conviver com esta desregulação naquilo que ela tinha de positivo, relativamente à procura de graus académicos por parte das pessoas, hoje estamos a sentir os efeitos perniciosos da forma como o ensino superior privado prosperou à sua custa, como da vontade que muitos jovens e menos jovens tinham em alcançar graus académicos diferentes daqueles que poderiam ter expectativa de alcançar quando do “terminus” do seu ensino não superior. A questão da rede é recorrente. As duas forças políticas representadas na Assembleia Municipal têm repartido entre si muitas das políticas de educação e de ensino superior e existe convergência relativamente à necessidade de acautelar a qualidade e de redefinir a rede do ensino superior em Portugal. Existe necessidade de redefinir a rede de ensino superior. O protocolo já foi rubricado pela Câmara, pelo que é só para conhecimento e não para aprovação, não havendo falta de transparência. Gostaria de saber se houve o cuidado de se obter autorização junto do Ministério para abertura de escolas superiores. Acaba por não se perceber se a Escola Superior de Turismo é uma instituição vocacionada para a atribuição de graus académicos ou não. Aparentemente é vocacionada para tal. A Câmara envolve-se mais uma vez num protocolo sem se saber qual o encargo com a instalação desta escola. O Senhor Deputado Hernâni Pedras deu os parabéns à Câmara por mais uma captação de investimento para Óbidos, sendo uma mais valia. O Senhor Deputado José Capinha disse que gostaria que o Grupo Municipal do PS esclarecesse qual é a sua posição. Tem a ideia que é contra a instalação do ensino superior em Óbidos, e se assim é, essa posição deve ser clarificada. Esperava que a forma de estar da oposição na Assembleia fosse um pouco diferente e o ar fiscalizador e superior como têm vindo a verificar o trabalho que a Câmara desenvolve fosse alterado. Deviam pensar se é dessa forma que se contribui melhor e se têm legitimidade para o fazer. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que gostava que se esclarecesse os limites do protocolo, no que diz respeito àquilo a que se candidatou. Uma coisa será uma instituição de ensino superior que confira o grau de licenciatura, o que leva a uma dispersão da rede, pelo que não são a favor, seja em Óbidos ou em qualquer outro sítio. Tem de haver uma racionalização da rede. Importa também saber qual é o tipo de escola, se é no âmbito da formação profissional, ou não. O Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou bastante grave a última intervenção,

designadamente haver membros da Assembleia Municipal que são contra estabelecimentos de ensino superior em qualquer ponto do País. O PS roubou uma escola superior a Óbidos, criada pelo Conselho de Ministros do PSD. Não existia nenhum projecto educativo daquela natureza no País. Foi preciso um Presidente do Instituto Politécnico, uma Ministra do Ensino Superior e uma Autarquia convergirem de que era fundamental uma escola de conservação e restauro em Óbidos, para o Governo, com o Senhor Presidente da República, vetar o diploma. O Secretário de Estado do Ensino Superior quando o recebeu pediu-lhe que não fizesse notícia de que o ia receber e que o Governo Socialista retirava uma escola ao Concelho do Fundão e outra ao Concelho de Óbidos, achando, contudo, que a escola de conservação e restauro era necessária, mas de acordo com o programa do Governo têm de aplicar uma moratória ao ensino superior, fazer um diagnóstico e contratar uma empresa internacional. Em relação a esta questão do ensino superior tivemos uma clarificação das águas, quando o PS diz que não são a favor do mesmo em Óbidos. A escola não confere grau académico pelo que não necessita de autorização Ministerial. Deu algumas explicações sobre o ensino no Concelho de Óbidos. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para não voltar a insinuar que alguém da bancada do PS faz fretes seja a quem for. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a decisão do Senhor Presidente da República, relativamente à escola de conservação e restauro, pecou por tardia. Não concebe o ensino superior sem conferência de grau académico. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que era um juízo de valor, não insinuou. Disse para o PS se organizar, porque o protocolo foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que o décimo terceiro ponto da ordem de trabalhos não devia dizer votação, mas ainda bem que dizia apreciação, pois suscitou discussão. Foi enviado no pressuposto de dar conhecimento à Assembleia Municipal. O Senhor Vereador do PS esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal pensa que existe divergência entre ele e a bancada, mas não existe. Aprovou o protocolo porque não teve dúvidas em relação ao documento. Entendeu sempre que é no âmbito da formação profissional e não atribui graus académicos. Votou a favor com muito gosto. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que acredita que faça confusão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que o Grupo Municipal do PS, por vezes, não acompanhe as decisões tomadas pelo seu Vereador. Por algum motivo quem pensou a estrutura política das Autarquias, imaginou dois órgãos com funções distintas. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

--- PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA

ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM A LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que leu o documento. O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se existiam processos pendentes em Tribunal, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal dito que existiam os mesmos que encontraram quando chegaram ao Município e que são mais de cinquenta. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PONTO NÚMERO QUINZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DA PONTE SECA – SEGUNDA FASE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil quatrocentos e oitenta, de vinte de Setembro do corrente ano, remetendo a proposta de alteração ao loteamento da Zona Industrial da Ponte Seca – segunda fase, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a proposta de alteração ao loteamento posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZASSEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO – FAME ÓBIDOS – FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONCELHO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil quatrocentos e oitenta e um, de vinte de Setembro do corrente ano, remetendo o protocolo financeiro e de cooperação – FAME ÓBIDOS – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Óbidos, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi o protocolo financeiro e de cooperação, posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZASSETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS E O MUNICIPIO DE ÓBIDOS, COM VISTA À MANUTENÇÃO DAS FUNÇÕES DO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil quatrocentos e oitenta e dois, de vinte de Setembro do corrente ano, remetendo o acordo de colaboração entre a Direcção-Geral dos Recursos Florestais e o Município de Óbidos, com vista à manutenção das funções do Gabinete Técnico Florestal, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi o acordo de colaboração posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZOITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE

TAXAS, TARIFAS E LICENÇAS – EMISSÃO DE LICENÇAS DE CONDUÇÃO DE CATEGORIA I: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil seiscientos e cinquenta e cinco, de sete de Agosto do corrente ano, remetendo a proposta de alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças – emissão de licenças de condução de categoria I, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a proposta de alteração à tabela de taxas posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZANOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DO EMPREENDIMENTO DA QUINTA DA AZENHA EM OLHO MARINHO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil quinhentos e dez, de vinte e um de Setembro do corrente ano, remetendo o pedido de declaração de interesse público do empreendimento da Quinta da Azenha em Olho Marinho, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi o pedido de declaração posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que tinha lido os documentos referentes aos últimos quatro ponto. Como não lhe ofereceram dúvidas, aprovou-os, louvando as iniciativas.-----

--- PONTO NÚMERO VINTE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Usou da palavra o Município Ivo Silvestre, Industrial, informando a Assembleia Municipal que a sua intervenção tinha a ver com o ponto da ordem de trabalhos relativo à Zona Industrial, não tendo percebido a votação do Grupo Municipal do PS sobre esta matéria. Ao longo do tempo que está a laboral na Zona Industrial verificou que está a ser esquecida, tanto pela Câmara como pelos Deputados da oposição. A Câmara tem uma visão economicista. Não entende assim e a Câmara devia pôr preços acessíveis para tentar que se desenvolvesse. Solicita que a Câmara tome uma posição sobre os preços a praticar. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que tomou a devida nota das preocupações demonstradas pelo Município e que iria estudar o assunto em questão.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de Setembro do corrente ano. e eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, lavrei a presente acta que vou assinar.--